

CORREIO BRAZILIENSE

Seis mil crianças não sabem onde estudarão

NETTO COSTA

DA EQUIPE DO CORREIO

05 FEV 2005

A uma semana do início das aulas na rede pública de ensino, a Secretaria de Educação do Distrito Federal prevê um início de ano letivo tumultuado. Quase seis mil crianças da educação infantil que fizeram inscrições pelo Telematrícula ainda não sabem onde vão estudar. Faltam professores e salas de aula. "Vamos cumprir a meta de matricular todos os alunos que nos procuraram. Mas é certo que 5,7 mil crianças de quatro e cinco anos de idade não vão iniciar as aulas junto com os demais alunos", disse a secretária de Educação, Maristela de Melo Neves.

Para que a rede pública possa fazer ajustes que viabilizem o início do ano letivo para pelo menos 575 mil estudantes, o *Diário Oficial do Distrito Federal* (DODF) publicou ontem duas portarias. A primeira dispõe sobre o processo seletivo simplificado para contratação de mão-de-obra temporária e a segunda estabelece crité-

rios para a remoção de professores entre as diversas regionais de ensino. É uma forma de redistribuir parte dos 30 mil professores da rede pública de acordo com a demanda em cada cidade do DF.

A contratação temporária de professores está proibida por liminar obtida a partir de ação judicial movida pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF) no final do ano passado. A publicação da Portaria nº 25 e do Edital nº 1, no DODF de ontem, é uma espécie de medida cautelar para a realização do processo seletivo. A contratação, no entanto, só poderá ser efetivada após o julgamento do mérito da questão. "Ao planejarmos a universalização da educação infantil no DF em 2005 — para crianças de 4 a 6 anos —, um projeto pioneiro em todo o país, esperávamos uma procura por 32 mil vagas. Fomos surpreendidos com uma procura por 40 mil vagas. Agora teremos que atender à demanda. Vamos encontrar uma solução para cada caso", garante a secretária Maristela.

De acordo com levantamento da Secretaria de Educação, existem professores ociosos principalmente em Taguatinga, no Plano Piloto, no Gama e em Ceilândia. "Algumas escolas têm professores de sobra e alunos de menos. Para acomodá-los, vinharam sendo criadas funções de coordenadores pedagógicos. Agora acabamos com isso. Cada escola terá apenas um coordenador", diz Maristela Neves. A Portaria nº 26, que dispõe sobre critérios para distribuição de carga horária nas escolas da rede pública de ensino do DF, é uma ferramenta para adequar a estrutura às novas necessidades.

Critérios para remoção

A secretaria de Educação explicou que inicialmente serão removidos os professores em exercício provisório. Depois,

Carlos Moura/CB/9.1.04



MARISTELA ESPERAVA 32 MIL ALUNOS E TEVE UMA SURPRESA: VIERAM 40 MIL

aqueles que foram removidos de ofício, ou seja, para atender ao interesse público. O critério seguinte atinge as nutrizes, mães que foram removidas para amamentar seus filhos. Vencido o prazo de amamentação e havendo necessidade, estas serão deslocadas para outras unidades de ensino. "A remoção de professores lotados só acontecerá nos casos de extrema necessidade", diz Maristela. No dia 10 de fevereiro, os professores deverão se apresentar normalmente nas escolas em que são lotados.

Na ocasião, aqueles que serão removidos receberão um memorando para que se apresentem em outras escolas. No dia 11, véspera do último final de semana das férias escolares, serão escolhidas as turmas em que cada professor vai lecionar.

DF - Educação